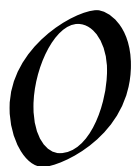


Vladimir Bartalini



S CÓRREGOS OCULTOS e  
A REDE DE ESPAÇOS  
PÚBLICOS URBANOS

082

pós-

## RESUMO

Salvo poucos casos, a hidrografia de nossas cidades não está vinculada a parques ou, genericamente falando, às áreas verdes. A regra, até hoje, é a sobreposição pura e simples, sem a intermediação de áreas verdes, do sistema viário ao sistema hidrográfico. O plano diretor estratégico de 2002, para o município de São Paulo, propõe a correção do modelo usual para os vales que ainda não foram impermeabilizados por avenidas. Sobre esses vales, que compõem a chamada “Rede Hídrica Estrutural”, estariam apoiados parques lineares. Cumpre, no entanto, estender esse conceito à “rede hidrográfica capilar”. Trata-se de pequenos cursos d’água, a maioria ocultos, cujos únicos vestígios são becos e vielas resultantes de sua canalização e enterramento. Fazer aflorar, se não os córregos propriamente ditos, ao menos sua memória, é um trabalho necessário e possível. Além dos efeitos pedagógicos de trazer à consciência dos habitantes da cidade sua base natural recalçada, pequenas intervenções nessas áreas poderiam recuperar vielas, ruas e becos, hoje escuros, sujos e desertos, integrando-os à paisagem urbana.

## ABSTRACT

Excepting a few cases, the hydrological net of ours cities is not linked to parks or green areas, but to avenues built over, or as close as possible, the rivers. The Master Plan for São Paulo, published in 2002, intends to correct the old model in the not yet impermeable valleys. On these valleys, that form the so called “Structural Hydrological Net”, parks would be set. But it lacks to extend this concept to the “capillary hydrological net”, formed by little streams, most of them hidden. Their only vestiges are narrow passages, or lanes, under which they were buried. To bring back, if not the streams themselves, but at least their memory, is something necessary and possible. Besides the pedagogical effects of bringing to concious the kept back natural basis of the city, small works in these areas could provide the rehabilitation of the lanes and narrow streets, that are dark, dirty and desert, and integrate them to the townscape.

É comum, em urbanismo e no planejamento, o emprego do termo “sistema” para designar o conjunto das partes ou etapas que, ao menos teoricamente, encadeiam-se, de modo coordenado, para atingir um determinado fim: sistema viário, sistema de transportes, sistemas de abastecimento, sistema de ensino, sistema de saneamento, etc. Mesmo que o funcionamento desses sistemas esteja longe de atender satisfatoriamente às demandas dos habitantes de nossas cidades, eles obedecem a uma certa racionalidade para atingir um objetivo previamente traçado.

Seria, no entanto, abusivo estender essas considerações para as chamadas áreas verdes ou, de um modo mais geral, para os espaços livres públicos, ao menos para a maioria das cidades brasileiras. Aqui eles nunca chegaram a formar um conjunto dotado de intencionalidade. Pode ter havido intenções nas partes, não no todo. Assim, cada praça, cada parque, cada área verde valem por si sós. Se há algum efeito de conjunto, ele é casual, não foi preconcebido.

Pode-se argumentar que para os demais sistemas, durante um tempo, também foi assim. As vias de tráfego eram abertas ou prolongadas para atender a necessidades imediatas ou a interesses específicos, sem muita preocupação com o geral ou com o futuro, até que se projetaram e executaram anéis viários, radiais, marginais. O mesmo teria acontecido com os transportes: a “integração modal”, embora ocorresse de alguma maneira – o percurso de uma pessoa, desde uma estação de trem até uma chácara nos arredores da cidade, podia envolver vários “modos”, como um carro ou um bonde puxado a cavalo, que a levasse até um determinado ponto e, a partir daí, o andar a pé ou em cavalgadura, até o destino final, não recebia os cuidados de hoje.

Para se adequar às novas situações e responder às novas necessidades, promoveram-se mudanças tanto no modo de gestão e na legislação como também se programaram e executaram-se intervenções no próprio corpo da cidade. Formaram-se consórcios, criaram-se parcerias, alteraram-se regras, efetuaram-se desapropriações e demolições.

Sem entrar no mérito desses feitos e longe de insinuar que eles testemunham algum tipo de evolução, o fato é que, ao menos em certos casos, circulação, transportes, abastecimento (água, energia elétrica, mercadorias, etc.), entre outros, existiram e continuam a existir políticas setoriais, ou seja, elaboraram-se planos e projetos os quais, bem ou mal, concretizam-se e ajudam a constituir os sistemas de circulação, transportes, abastecimento, etc.

Falar que isso não ocorreu e nem ocorre com os espaços livres e as áreas verdes seria constatar o óbvio. Entender por que isso se deu seria mais interessante, porém requereria mais munição do que a disponível para a elaboração destas páginas, embora seja possível suspeitar onde estão as chaves para sua compreensão: em última instância, na competição pelo espaço, arbitrada pelo preço da terra. Na cidade vista como mercadoria, o que não rende não vale a pena. Sob uma ótica estritamente econômica, também não vale a pena investir

naquilo que não é essencial para a reprodução da força de trabalho. Espaços livres ou áreas verdes para o desfrute desinteressado não estão entre as prioridades da maioria dos pobres e remediados os quais vivem nas cidades e, se forem públicas, nem da minoria dos ricos, embora, provavelmente quase todos, ricos e pobres, sonhassem com uma cidade que as tivesse e, de preferência, bem tratadas e bonitas.

Mas apesar de os sonhos e desejos também movimentarem o mundo, estas áreas verdes não parece que venha a emergir para o mundo real, sobretudo, no espaço paulistano, ao menos com o grau de idealização com o qual comparece nos planos.

É certo que tivemos de aprender a lidar com as restrições e insuficiências. Tanto que, no caso de São Paulo, apesar de os parques e áreas especiais de preservação, previstos no plano diretor estratégico de 2002, terem mais de onírico do que de concreto, eles são sonhos resignados (um paradoxo, mas não necessariamente negativo), conformados ao que restou.

Forçado pelas circunstâncias, o plano trabalha sobre os retalhos. Mas, não obstante vigiados pelo implacável superego, também conhecido como “a dura realidade”, os parques ali propostos não deixam de revelar um desejo profundo, típico dos sonhos.

Isso porque na proposta desenhada transparece a crença em um conjunto articulado de áreas verdes. Ele estaria apoiado na chamada “rede hídrica estrutural”, do que poderia advir uma série de vantagens, tanto do ponto de vista ambiental quanto recreativo e de organização visual do espaço urbano.

Os benefícios ambientais são óbvios, porquanto as áreas verdes marginais garantiriam, a um só tempo, a permeabilidade do solo e a proteção das margens a custos baixos. Do ponto de vista da recreação pública, áreas verdes situadas em cursos d’água, por serem lineares, oferecem maiores possibilidades de acesso à rede de espaços equipados para o lazer, pois se intrometem com maior eficiência no tecido urbano do que grandes superfícies concentradas. Se encarados sob o aspecto da organização da paisagem, os espaços verdes nos talvegues destacam, visualmente, as linhas definidoras do sítio urbano. Assim, conjugam-se e reforçam-se, mutuamente, os proveitos os quais podem resultar da sobreposição das áreas verdes à rede hídrica.

Não é uma descoberta nova, o que não desmerece a proposta, pois há boas idéias a desafiar o tempo. Mas é inevitável perguntar por que elas não se tornaram realidade e por que haveriam de tornar-se agora.

De fato, ao longo de nossa história, as calhas e as planícies de nossos principais rios foram comprometidas pela monofuncionalidade das avenidas, em obediência a uma visão pragmática de alcance inversamente proporcional às dimensões das vias nelas implantadas. Não que tenham faltado idéias de associar os rios às áreas verdes. Urbanistas como Saturnino de Brito, Ulhoa Cintra e Prestes Maia, sucessivamente, propuseram extensos parques ao longo do rio Tietê,

em seu trecho paulistano. Pelo Plano de Avenidas de Prestes Maia, elaborado em 1929, não só o Tietê, mas também o rio Pinheiros e os córregos do Tatuapé, da Mooca e do Ipiranga integrariam o “Circuito de Parkways”, o qual dotaria a cidade de dezenas de quilômetros de parques lineares, ainda que, ressaltava o autor, sem aspirar àqueles idealizados por Olmsted, nos Estados Unidos, na segunda metade do século 19. A rigor, a possibilidade de um cinturão verde nos rios já fora aventada, para São Paulo, por Barry Parker, em 1918, durante sua estada aqui<sup>1</sup>. Em 1950, quando se cogitava a retificação do rio Pinheiros para atender aos interesses da Light, outro urbanista estrangeiro, Robert Moses, buscava convencer sobre a conveniência de o poder público impor a reserva de áreas para parques naquele rio.

O potencial das planícies fluviais paulistanas para a implantação de áreas verdes ainda era considerável em 1965, levando-se em conta o que havia de espaços, então desocupados, ao longo dos rios mais importantes<sup>2</sup>. Se, em meados dos anos 60, restavam tantos vazios marginais aos cursos d’água, imagine-se do que se dispunha nas décadas anteriores, quando foram construídas as avenidas Pacaembu e Nove de Julho, literalmente, sobre as várzeas dos córregos os quais lhes serviram de diretrizes. No entanto, não só se tamponaram os córregos, como não houve qualquer preocupação em reservar áreas verdes, além de canteiros centrais, os quais, ainda hoje, sobrevivem nas avenidas Pacaembu e na Nove de Julho, neste caso, apenas no trecho ao sul do espigão da Paulista.

A avenida Vinte e Três de Maio, a qual se sobrepôs ao córrego Ipororó, foi aberta já na década de 60. Se há ali algo a atenuar a reincidente oclusão do rio, são os largos canteiros centrais e os taludes laterais vegetados por lembrarem, embora apenas visualmente, que ali era um vale. Não se reviu, portanto, o conceito a fundo. Passada mais de uma década, o mesmo procedimento – tamponamento do curso d’água e tratamento dos taludes e dos canteiros centrais – foi aplicado na avenida Sumaré, sobre o córrego Água Branca.

Por mais condenáveis do ponto de vista ambiental, os casos das avenidas Nove de Julho, Pacaembu, Vinte e Três de Maio e Sumaré apresentam, ao menos, algumas veleidades urbanísticas. Afinal, as êxedras nas laterais das bocas dos túneis da avenida Nove de Julho buscaram recuperar, simbolicamente, as fontes formadoras do córrego Saracura. De suas paredes desciam cortinas de água que descansavam em tanques cuidadosamente desenhados, sendo todo o conjunto valorizado, à noite, pelo efeito das luzes, antes de a hidrofobia contaminar os valores urbanísticos dos responsáveis pela administração dos espaços públicos.

A avenida Pacaembu teve sua extremidade superior arrematada com categoria pelo estádio municipal e pela praça Charles Muller, dignificando (poder-se-ia dizer, em uma perspectiva ambientalista, como um mausoléu) as nascentes do córrego.

Corroborando o argumento que, em certos campos, quanto mais o tempo avança mais se retrocede, as avenidas Vinte e Três de Maio e Sumaré, apesar dos

(1) PARKER, Barry. Tow years in Brazil. *The Garden Cities and Town Planning Magazine*, v. IX, n. 8, august, 1919.

(2) BARTALINI, Vladimir. *Parques Públicos Municipais de São Paulo – A ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação*. Tese de doutorado, FAUUSP, 1999. Vladimir Bartalini – “A municipalização do verde público na cidade de São Paulo: Da Administração dos Jardins Públicos e Arborização à Subdivisão de Parques, Jardins e Cemitérios”, *Pós-Revista do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, n. 10, dezembro 2001.

canteiros e taludes verdes já citados, não chegaram a estabelecer laços significativos com as cabeceiras de seus respectivos córregos. Ambas atravessaram o espigão central, superando o obstáculo topográfico, sem o compromisso de desatar o nó górdio: cortaram-no com buldozers e reataram-no com viadutos prosaicos. Só mais recentemente a estação Sumaré do metrô, suspensa no divisor de águas, veio conferir alguma importância ao local de nascimento do rio. Alguns quarteirões abaixo, porém, com a insistência e a audácia de clandestinos, olhos d'água insurgem na encosta, tomam corpo e avolumavam-se o suficiente para escorrer por uma bica que passaria despercebida, não fosse a presença insólita de uma banheira velha, de ferro esmaltado, a reter a água, permitindo sua apropriação para diversos fins.

Se não ambientalmente corretas, as avenidas Pacaembu, Vinte e Três de Maio e Sumaré são, ao menos, belos sarcófagos, muitos pontos acima daqueles das avenidas Aricanduva (sobre o córrego de mesmo nome), Salim Farah Maluf (córrego Tatuapé), Luís Inácio de Anhaia Melo (córrego da Mooca), Eliseu de Almeida (córrego Pirajussara), Caetano Álvares (córrego Cabuçu de Baixo) e de tantas outras as quais, não atravessando zonas nobres, não mereceram os mesmos cuidados. A cena final desse espetáculo de impropriedades foi protagonizada pela avenida construída *sobre* o Tamanduateí, que reaparece obscenamente no parque D. Pedro II. É difícil evitar o contraponto com a via expressa em execução *sob* o rio Mapocho, o qual atravessa a cidade de Santiago, capital do Chile, em que pesem as críticas dos urbanistas sobre a conveniência daquela obra.

Aqui e ali despontam exceções que ficam por conta de alguns loteamentos projetados por urbanistas da primeira metade do século 20 os quais, em uma perspectiva ao mesmo tempo sanitaria e estética, faziam coincidir áreas verdes e linhas de drenagem natural<sup>3</sup>. Outras, que se poderia chamar, com propriedade, de pontuais mesmo, devido às suas dimensões, são ilustradas por trechos dos córregos das Corujas (Pinheiros) e Tiquatira (Penha), nos quais os cursos d'água, a céu aberto, estão envolvidos por áreas verdes a permitirem a fruição por pedestres. Não passam de casos isolados aos quais não se deu continuidade, condutas que não vingaram, mesmo quando se apresentavam oportunidades favoráveis.

Quando não entaladas pelas pistas das avenidas, as margens dos rios serviram de chão para os mais pobres, desatendidos pela política habitacional. Nos casos de remoção, observa-se a regra de construir vias de automóveis, o mais rente possível do canal, para evitar futuras ocupações. Teria sido possível revegetar as margens desocupadas, implantar parques lineares? Decidiu-se sempre pelo não, com o argumento de as áreas verdes serem alvos fáceis para novas invasões.

Temos, portanto, uma forte tradição, na administração pública, de desprezo aos rios e de sobrevalorização do sistema viário. Não custa acreditar em mudanças nas condições concretas de produção da cidade e na mentalidade de

(3) Veja-se, a respeito, Célia Seri Kawai, *Os loteamentos de traçado orgânico realizados no município de São Paulo na primeira metade do século XX*, dissertação de mestrado, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001, e *O urbanismo do engenheiro Jorge de Macedo Vieira*, edição patrocinada pelo HSBC, com apoio da Prefeitura do Município de São Paulo, sem data.

alguns técnicos, mas, se há boa vontade no otimista, há também boas razões para o cético.

Segundo o plano diretor, a recuperação (parcial, incompleta) de importantes linhas naturais de drenagem, como áreas verdes, seria hipoteticamente viabilizada por operações conjugadas entre o poder público e os empreendimentos imobiliários da iniciativa privada.

Não serão pequenas as dificuldades para sua consecução. Os cursos d'água estão poluídos (quem escolheria morar em canais sujos, a céu aberto?) e são poucos aqueles cujas margens não estão invadidas. Transformá-los em parques pressupõe articulações com as políticas de infra-estrutura e de habitação social, o que demanda tempo e dinheiro. Se se formarem conjunções favoráveis, é quase certo que a implantação dos parques nos rios estará sujeita às vicissitudes do mercado, o qual definirá onde, quando e quanto fazer. Os bilros a urdirem essa rede estão em mãos invisíveis. Não se sabe o desenho que resultará, nem se haverá rede.

É fácil ser pessimista, mas seria injusto não reconhecer os aspectos positivos da proposta e mesmo suas possibilidades práticas. Só o fato de inscrever as áreas verdes nas várzeas dos rios ainda livres de projetos viários já é um ganho, pelo menos porque as compromete de antemão. São pedras no caminho da fúria viária, removíveis, sim, mas podem gerar um certo trabalho e fazem ganhar tempo, enquanto uma nova mentalidade em relação aos rios urbanos toma corpo na opinião pública e torna-se hegemônica no meio técnico.

Também há de creditar-se a favor da proposta o abandono de uma hierarquia tão rígida quanto inútil, que orientou por muito tempo os planos de áreas verdes: a classificação dos parques em metropolitanos, urbanos, setoriais, de bairro, de vizinhança. Tratando-se de áreas verdes, o conceito de rede parece ser mais apropriado do que o de sistema. Rede tem a ver com continuidade, espraiamento espacial, entrelaçamento, comunicação, equidade, o que não deve ser interpretado como apologia do homogêneo, do genérico, pois a rede não implica a anulação das especificidades, antes possibilita a versatilidade dos papéis dos diferentes parques os quais vierem a constituir-la.

O plano, porém, não estabelece prioridades nem desce a detalhes, atendo-se aos rios ou córregos mais aparentes, de maior visibilidade. Contudo, a rede hídrica e, por conseguinte, a rede possível de parques ou de espaços públicos ribeirinhos, é ampla e complexa, compreendendo cursos d'água das mais variadas magnitudes até, no limite, aqueles os quais, dados por insignificantes, foram tão ocultados, que somente um trabalho de investigação mais acurado, baseado na análise cartográfica e em uma quase arqueologia, a partir de vestígios esparsos, podem ser trazidos à luz.

São corriqueiros os casos de obliteração dos cursos d'água a comporem a trama mais fina, os capilares da rede hídrica. Podem ser encontrados em qualquer cidade, de qualquer porte. Muitos deles passam sob os quintais das

casas, quando não sob as próprias edificações. Atravessam o interior das quadras que os absorvem e, assim, disfarçam a modelagem original do relevo, desfigurando-a a ponto de impedir até mesmo que se reconheçam as linhas mais fundas por onde a água passa.

Outras vezes – e estas são as situações mais promissoras do ponto de vista aqui defendido – coincidem com vielas estreitas e tortuosas – as quais sublinham o desenho da drenagem natural. São passagens públicas, sem qualquer atrativo, mas públicas e, por isso, potencialmente reveladoras do que a produção material das cidades recalçou.

Um plano mais detalhado, ao alcance de uma subprefeitura, poderia prever a recuperação desses espaços, não propriamente como áreas verdes, porque são quase inexistentes as oportunidades de plantio ou de aumento significativo de permeabilidade do solo, mas, ao menos, como espaços livres integrados à rede de áreas verdes.

As vantagens resultantes possuem componentes pedagógicos – na medida em que intervenções que ali ocorram ajudarão a explicitar elementos básicos do suporte físico das cidades com os quais, conscientemente ou não, relacionamos cotidianamente – bem como de dignificação de espaços relegados ao abandono, recuperando-os para uma efetiva apropriação pública.

## O CASO DO CÓRREGO ÁGUA PRETA

Poucos o conhecem por esse nome e, provavelmente, os que estão de passagem, e mesmo moradores mais recentes, nem sabem que sob aquelas vielas e ruas tortuosas passa um córrego.

A bacia do Água Preta é contígua à do Água Branca, ou Sumaré, e sua área, de 4,45 km<sup>2</sup>, é maior do que a deste último<sup>4</sup>. Ainda assim passa incógnito, pois nenhuma avenida foi traçada sobre ele. No entanto, não só vias importantes, como as avenidas Heitor Penteado e Pompéia, estão contidas em sua bacia, como também equipamentos urbanos de grande expressão, como a estação de metrô Vila Madalena e o SESC Fábrica Pompéia se situam ao longo de seu curso.

As cabeceiras das linhas de drenagem a constituírem o córrego Água Preta se alinham em um arco que corresponde, grosso modo, ao traçado de algumas vias que são referências na região oeste da cidade de São Paulo: avenida Dr. Alfonso Bovero, trecho da avenida Heitor Penteado e rua Aurélia. Dessa cumeeira principal partem vários esporões divisores de água secundários, formando grotas acidentadas, sulcadas pelos contribuintes do Água Preta.

O curso do córrego principal só ganha maior definição a uma distância de quase um quilômetro do ponto mais alto da cumeeira, situado na confluência das ruas Cerro Corá, Aurélia e avenida Heitor Penteado. A amplitude altimétrica na região das cabeceiras é da ordem de 70 metros. Uma vez formado o canal de

(4) *Estudos e diagnósticos das bacias dos córregos Sumaré e Água Preta*, realizados pela Hidroestudio, por encomenda da Empresa Municipal de Urbanização – Emurb.



Foto 1: Bica improvisada aos pés de escadaria na rua Dr. Paulo Vieira  
Crédito: Autor



Foto 2: Sob a rua Francisco Bayardo corre o Água Preta  
Crédito: Autor



Foto 3: Bueiro na rua Pedro Lopes. Aqui se ouve o Água Preta  
Crédito: Autor

escoamento principal, o rio percorre mais ou menos 3 km até desaguar no Tietê, em terrenos com declividade cada vez menor, de modo que, da altura do SESC Pompéia em diante, mal se distingue, no relevo, o sulco de drenagem. São, portanto, os cursos alto e médio que oferecem as situações de maior interesse, na medida em que os vestígios da água se apresentam de formas mais variadas.

Um dos indícios mais explícitos é o jorro contínuo a fluir aos pés de uma longa escadaria, na confluência das ruas Dr. Paulo Vieira e Salto Grande. Uma bica foi ali improvisada, sem qualquer atenção às ricas possibilidades paisagísticas que o local encerra, entre elas a praça Homero Silva, a menos de 50 metros (Foto 1). Mas, ao menos, a água está à mostra. Logo, porém, é engolida pela tubulação sob o leito das ruas ou sob passagens as quais, incorporadas às quadras que atravessam, são ocultadas ao olhar do público. O relato, mal começado, é interrompido. Só a cartografia revela que aquele curso d'água encontrará um outro, escondido sob a rua Francisco Bayardo a qual, por ser funda, estreita e sinuosa, e tendo uma escadaria para vencer a inclinada encosta, faz pressentir a existência de algum córrego (Foto 2).

A suspeita é confirmada uns 200 metros adiante, atravessada a avenida Pompéia, não pelos olhos, em um primeiro momento, mas pela audição e pelo olfato. O som e o cheiro fortes da água escapam por um bueiro no ponto mais baixo da rua Pedro Lopes, em uma área verde remanescente da desapropriação de uma frente de quadra. Pela grelha a proteger a abertura entrevê-se o fluxo volumoso, mesmo em épocas de estiagem (Foto 3).

Ali, um outro riacho se junta aos anteriores, e não é difícil deduzir que ele jaz sob a travessa João Mathias, uma viela longa e apertada, escura, suja e sem vida, a qual sobe da rua Pedro Lopes à rua Alfredo Gemi. Nesse ponto, o fio narrativo





Foto 4: Vale do Água Preta, na altura da Vila Anglo Brasileira  
Crédito: Autor



Foto 5: Córrego Água Preta sob a viela Roque Adoglio  
Crédito: Autor



Foto 6: "Encontro das águas" – um córrego anônimo desemboca no Água Preta  
Crédito: Autor

se rompe de novo, pois a extensa quadra entre a rua Pedro Gemi e a avenida Heitor Penteadado encerra o córrego em seu interior, impedindo que a exploração continue a montante.

Mas o relevo fala pelo rio eclipsado, ressaltando as formas de seu vale: à esquerda, ergue-se um dos esporões mais expressivos da bacia, no qual se instalou a Vila Anglo Brasileira, enquanto, à direita, a vegetação da praça Vicente Tramonte Garcia alude à situação primitiva da encosta (Foto 4).

Retomando o caminho a jusante, pela estreita travessa João Mathias, a vista se abre no largo da rua Pedro Lopes (no qual a água respira um instante) e logo se fecha para se distender de novo na praça Rio dos Campos e tornar a retrair-se até a rua Ciridião Buarque. Essa seqüência de distensões e contrações visuais, embora, virtualmente atraente, não tem nada a qualificá-la. Não há espaços preparados para as pessoas, nem mesmo na praça Rio dos Campos, de nome sugestivo, mas que não passa de uma rotatória. As calçadas são mínimas nessas ruas que rastreiam o Água Preta.

No entanto, uma vez cruzada a rua Ciridião Buarque, ouve-se novamente, por outro bueiro, o som do córrego a insinuar-se sob a viela Roque Adoglio, onde não entram carros. Ela é mais larga e luminosa que a travessa João Mathias, embora igualmente suja e sem vida, pois apenas os fundos descuidados das construções a faceiam (Foto 5).

O rio segue seu curso pela viela Estevão Garcia, a qual passa no meio da quadra formada pelas ruas Miranda de Azevedo e Bárbara Heliodora, e é aberta ao tráfego de veículos. Nem transcorridos 40 metros ele recebe, pela margem esquerda, um extenso afluente. Nenhum marco para celebrar o encontro dos rios (Foto 6). Só chama a atenção o terreno ermo, coberto de macega, relativamente amplo na embocadura e que vai se afunilando até se tornar uma passagem em chão de terra, zigzagueante,



Foto 7: Sob o beco, um afluente do Água Preta  
Crédito: Autor

(5) A escadaria foi a solução possível para o projeto da rua Bento Vieira de Barros, o qual, dada a excessiva declividade do terreno, não pôde ser realizado.

espremida entre os muros das construções, que não incita a entrada (Foto 7).

Se a curiosidade vencer o receio, passados uns 100 metros, chega-se a uma via pavimentada que dá continuidade à viela intransitável. Sob ela continua a passar o córrego afluente, mas nada o denuncia. Seguindo rio acima, tudo o que se vê, à esquerda, são fundos das construções – casas, fábricas, galpões – da rua Miranda de Azevedo e uma pequena “área verde” oblonga, abandonada, provável “sobra” dos trabalhos de canalização do córrego. À direita alinham-se os muros de fundo dos lotes da rua Bárbara Heliadora, alguns dos quais se abrem para a viela, aliviando-lhe o aspecto sinistro. Ela dá de topo com a rua João Jabotan e ali pára, inspidamente. Começa e termina como se fosse uma rua qualquer e não estivesse transportando secretamente um rio.

No entanto, subindo a João Jabotan, à direita, a menos de 50 metros da extremidade da viela, está a praça Jesuíno Bandeira. A “praça” não é mais do que uma ilha de forma triangular, a organizar o encontro de várias ruas. Mas é arborizada e possui alguns bancos. Trata-se, portanto, de uma referência local. Simétrico à área arborizada, em relação à rua João Jabotan, abre-se um espaço asfaltado, uma espécie de largo, dando continuidade à praça, só que destinado ao trânsito de veículos. É outra referência, não só como contraponto à área verde e por apresentar uma certa coesão espacial, mas também por receber uma escadaria, elemento sempre revelador dos acidentes do relevo e, conseqüentemente, alusivo às cabeceiras do córrego<sup>5</sup>. Nenhuma vontade urbanística, porém, ligou esses “fatos”, ou índices, ao rio tão próximo.

Retomando o curso principal do Água Preta, a jusante da foz do afluente, outro empreendimento se anuncia à margem esquerda, entre a rua Bárbara Heliadora e a viela Estevão Garcia. As antigas casas já estavam demolidas em agosto de 2002, liberando, temporariamente, a visão da encosta do vale e, definitivamente, o terreno para a construção de grandes edifícios.

Não foi ainda possível obter informações sobre o projeto desse empreendimento, mas seria de admirar, caso ele previsse alguma relação significativa, do ponto de vista paisagístico, com a memória do rio que vagava a seus pés, ou ainda algum diálogo com a praça Diogo do Amaral, a qual lhe fica quase em frente, vertente acima, do outro lado da rua Bárbara Heliadora.

O córrego continua pela rua Dr. Francisco Figueiredo Barreto, logradouro oficializado a apresentar, em dois trechos do que outrora foi a margem esquerda, alargamentos do passeio (pequenos, embora expressivos no contexto), incorporados ao espaço público quando da canalização do rio. Um é mero chão

batido; o outro ostenta alguma vegetação plantada por iniciativa de um morador, mas sem critérios claros, e está mal mantido.

Cruzando a rua Desembargador do Vale, ainda é possível seguir os passos do córrego oculto pelo terreno ocupado por uma empresa de jardinagem a manter ali um pequeno viveiro de plantas. Mas logo se entrepõe a barreira de um condomínio residencial que dá frente para a rua Ministro Ferreira Alves, e cujo estacionamento, ao ar livre, está implantado sobre o rio. É preciso contornar a quadra, ou pela margem esquerda, pela rua Frei Henrique de Coimbra, ou pela margem direita, pela Miranda de Azevedo, para recobrar o fio da meada.

Dois áreas, impropriamente denominadas “praças”, podem servir de sinal: uma delas é a praça Tupã, um pequeno e declivoso triângulo arborizado que, embora não passe de um talude entre as ruas Frei Henrique de Coimbra, Rafael



Foto 8: Condomínio residencial, à esquerda, encerra o córrego sob seu estacionamento. Ao fundo, à direita, a “praça” Tupã  
Crédito: Autor



Foto 9: Praça Daniel Berciano Villasol. Ao fundo, rua José Tavares de Miranda  
Crédito: Autor

Correia e Ministro Ferreira Alves, é um testemunho “verde” da encosta do vale (Foto 8); a outra é a praça Daniel Berciano Villasol, também triangular e pequena, mas plana por estar em terreno de várzea (Foto 9). Apesar de serem partes do mesmo acidente geográfico e contíguas (apenas uma rua as separa), não houve qualquer tentativa de aproveitá-las para trazer à lembrança o rio escondido, o qual prossegue, ignorado, sob uma rua aberta há não muito tempo, denominada José Tavares de Miranda.

Essa via rasgou, diagonalmente, duas quadras que o rio atravessava. Interligando poucas ruas, seu efeito sobre o sistema viário é desprezível. É fruto típico da mentalidade segundo a qual qualquer rua é melhor que um córrego. Mas ela está lá, escondendo o rio e expondo os fundos dos lotes das quadras afetadas. O prêmio de consolação dessa iniciativa obtusa foi uma pequena praça triangular e plana, na intersecção com a rua Augusto de Miranda, chamada Ilza Weltman Hutzler. Ela é o par simétrico da praça Daniel Berciano Villasol, com a qual se assemelha na forma, nas dimensões e na situação topográfica. Porém, não houve nenhum esforço para relacioná-las paisagisticamente, nem por parte do projeto viário e, provavelmente, nem pelo projeto “Villa Bella”, grande empreendimento imobiliário, hoje paralisado, entre as ruas Miranda de Azevedo, Augusto de Miranda e José Tavares de Miranda, no qual há alguns anos estavam as instalações da Saturnia S. A.



O último rastro do rio fica ocluído no terreno da White Martins, reverenciado com um arvoredo na encosta que dá para a rua Venâncio Aires, a uma quadra do SESC Fábrica Pompéia. Daí em diante o talvegue se descaracteriza, e assim era mesmo antes da urbanização da região, pois já atinge os terrenos baixos da planície do Tietê e nela se perde de vez.

Só um plano simbólico, o Água Preta, é remido, ainda dentro dos limites do SESC Fábrica Pompéia, afastado dos olhares da rua. De fato, o “rio” meânico no interior do grande saguão, próximo à entrada do SESC alude a ele, e, mais adiante, o estrado do solário na área de lazer ao ar livre assenta sobre seu leito. No entanto, o córrego real, involucrado, chega pelos fundos, pela “entrada de serviço”. Do lado de fora, para além dos muros, o Água Preta é um enjeitado, um cômodo e uma ameaça (Fotos 10, 11, 12 e 13).



Foto 10: A memória do Água Preta é recuperada, simbolicamente, no SESC Fábrica Pompéia  
Crédito: Autor



Foto 11: Estrado do solário do SESC, implantado sobre o leito do Água Preta  
Crédito: Autor



Foto 12: O Água Preta entra no SESC pela “porta dos fundos”  
Crédito: Autor



Foto 13: Do lado de fora, o Água Preta é uma ameaça  
Crédito: Autor

Essa história pode valer para outros tantos pequenos cursos d'água que sulcam os bairros de nossas cidades. Vivem anonimamente, escondidos, e só na época das chuvas alguns deles emitem sinais. O Água Preta chegou a provocar desastres em algumas cheias, muitos anos atrás. Atualmente, seus "incômodos" se sentem apenas no baixo curso, inundando a área na qual se dá a confluência das avenidas Pompéia e Francisco Matarazzo<sup>6</sup>. Daí para cima ele está submetido, enquadrado. O método disciplinar, porém, deixou marcas a produzirem outros inconvenientes: os becos escuros, as travessas sem vida, as vielas sujas.

Em alguns casos a prevenção ou a resposta a esses problemas foi, como vimos, incorporar o canal subterrâneo às quadras ou aos lotes condominiais. Eliminam-se as vielas, só que, com elas, também se vai o que sobrou da memória dos rios, além de perder-se a oportunidade de urdir uma rede mais sutil de espaços públicos, destinada a pedestres e a ciclistas, a qual poderia ser uma alternativa para os passeios e deslocamentos no interior do espaço urbano.

O caso do Água Preta é exemplar, no sentido de permitir que o percurso entre uma estação de metrô, situada em suas cabeceiras, e instituições culturais, esportivas, educacionais, localizadas em seu curso baixo, a menos de 3 km de distância, possa ser vencido sem o sobe e desce exaustivo impostos pelas ruas existentes. Cabe ainda notar que, andando mais 1 km pelos terrenos baixos do Tietê, chega-se à estação Água Branca da CPTM, de modo que, pelo córrego, em uma distância menor a 4 km, integram-se dois meios de transporte de massa. O trajeto contrário, o da volta, seria o de uma subida branda, como a do rio. A diferença de nível entre os fundos do SESC Fábrica Pompéia, onde se encerrou a descrição do caminho do rio, e as praças e escadarias situadas na área das nascentes, no qual se iniciou o relato, gira em torno de 30 metros. A declividade até aí é, portanto, quase imperceptível. Ela se torna mais forte apenas nos 500 metros finais, que separam essas praças da estação de metrô, atingindo uma média de 10%.

São potencialidades. Seria possível realizá-las sem grandes investimentos materiais, embora exijam maior empenho de gerenciamento, algumas alterações em posturas urbanísticas e um papel mais incisivo do poder público na indicação de diretrizes para a aprovação de novos empreendimentos imobiliários e na atribuição de incentivos a usos e ocupações do solo, visando à integração qualificada desses espaços à vida urbana.

Os bairros da bacia do Água Preta são consolidados, com boa infraestrutura, fácil acesso e já passam, há alguns anos, por transformações cujo ritmo se acelera constantemente. Antigas casas, modestas no padrão, são demolidas e substituídas por edifícios de apartamentos. Muitas fábricas, de pequeno e grande porte, que podem ser encontradas ao longo de todo o trajeto do córrego, foram desativadas e suas instalações deitadas abaixo para dar lugar a condomínios verticais, ou tiveram seu uso reciclado.

(6) *Diagnósticos das bacias dos córregos Sumaré e Água Preta*, op. cit.

Só no caminho descrito, estritamente na linha do córrego, há exemplos de sobra de oportunidades oferecidas para recuperá-lo, atuando não apenas sobre o espaço público, mas condicionando também os lotes e construções às melhorias que se deseja promover.

Um deles é o imóvel da antiga fábrica Eletro Acústica Ltda. que vai (ou a esta altura já foi) a leilão. Um de seus lados dá para a travessa João Mathias, sob a qual passa um dos afluentes do córrego. Seja qual for o destino que os novos proprietários designem ao imóvel, é o momento da prefeitura, ou da subprefeitura, encetar ações conjuntas para se rever a relação daquela lateral, hoje cega e hostil, com a viela, ou seja, com o vestígio do córrego.

Mais adiante, como já apontado, há um edifício em construção, na esquina da rua Miranda de Azevedo, dando fundos para o córrego. Já está aprovado e em obras, mas não seria ainda possível e razoável o poder público reivindicar um tratamento paisagístico dos recuos, condizente com aquela situação tão peculiar, e, atualmente, tão desprezada, de encontro de dois córregos e, assim, evitar que se erga um paredão opaco o qual só pioraria as condições presentes naquele espaço público?

Poucos metros a jusante assinala-se outro empreendimento, ainda na fase de demolição das construções antigas. Terá um extenso limite no córrego enterrado. Também já deve estar aprovado, no entanto, isso não significa, obrigatoriamente, que negociações, com vista à valorização da viela Estevão Garcia, não possam ser tentadas.

Há ainda o condomínio Villa Bella, na rua José Tavares de Miranda, no baixo curso, cujas obras foram paralisadas. É o momento do poder público preparar propostas para que, uma vez resolvidas as pendências judiciais que atingem aquele empreendimento e retomados os trabalhos, algo resulte em benefício da paisagem daquela rua sob a qual passa o Água Preta.

Isso tudo sem contar com as praças e outras áreas livres remanescentes de desapropriações, bem como com os pequenos largos e escadarias já referidos a ocorrerem de sobejo no trajeto. São espaços públicos, portanto, sob a tutela da municipalidade, plenos de possibilidades as quais só se consumariam, no entanto, se coordenados em conjunto. Eles podem deixar de ser peças isoladas, palavras soltas, como são hoje, e comporem, com outras peças, um texto ou um quadro com algum significado. Eles podem contar a história do rio.

Há, por fim, ainda outra frente de atuação possível e desejável, a da administração pública, em um trabalho mais próximo com os moradores da área, intervir diretamente nas travessas, becos e vielas, trabalhando seus pisos e as empenas, equipando-os com mobiliário adequado e mesmo permitindo e incentivando que se abram portas e janelas para eles (o que hoje ocorre clandestinamente). Pode também estimular os que expõem, visualmente, aos passantes, seus quintais arborizados, lembranças dos pomares que antes chegavam até a beira dos riachos.

Nada disso recuperará o córrego propriamente dito, nem beneficiará a drenagem pela permeabilidade do solo. Mas se essas ações não exumam o córrego, ao menos vivificam sua memória, ao integrar seus rastros à rede de espaços livres, verdes ou não, com alguma decência, ou decoro, como convém a tudo o que é público.

## BIBLIOGRAFIA

- BARTALINI, Vladimir. A municipalização do verde público na cidade de São Paulo: Da administração dos jardins públicos e arborização à subdivisão de Parques, Jardins e Cemitérios. *Pós-Revista do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, São Paulo, n. 10, dez. 2001.
- \_\_\_\_\_. *Parques públicos municipais de São Paulo – A ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação*. 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO. Estudos e diagnósticos das bacias dos córregos Sumaré e Água Preta. Documento interno, s/d.
- KAWAI, Célia Seri. *Os loteamentos de traçado orgânico realizados no município de São Paulo na primeira metade do século XX*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- PARKER, Barry. Two years in Brazil. *The Garden Cities and Town Planning Magazine*, v. IX, n. 8, Aug. 1919.
- SÃO PAULO (cidade). *O urbanismo do engenheiro Jorge de Macedo Vieira*. São Paulo. Edição patrocinada pelo HSBC com apoio da Prefeitura do Município de São Paulo, sem data.

## PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Rede hidrográfica, cursos d'água ocultos, paisagem urbana.

*Hydrological net, urban landscape, hiddens water streams.*

---

### Vladimir Bartalini

Professor e doutor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, na graduação, e orientador no curso de Pós-Graduação. Pesquisador do Laboratório Paisagem, Arte e Cultura (LABPARC) da FAUUSP.